



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA  
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF  
www.cnj.jus.br

## TERMO DE ADESÃO TERMO DE ADESÃO PARA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE ATENÇÃO À PESSOA EGRESSA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Declaração firmada pela **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECURU-MIRIM**, objetivando desenvolver ações no âmbito da política de atenção à pessoa egressa do sistema penitenciário.

O Prefeito do Município de Itapecuru-Mirim/MA, **Benedito de Jesus Nascimento Neto**, declara firme vontade de desenvolver ações no âmbito da política de atenção à pessoa egressa do sistema prisional, conforme estabelecido na Resolução CNJ nº 307, de 17 de dezembro de 2019, e demais legislações correlatas, observando os seguintes critérios:

O presente Instrumento tem por finalidade o desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes, visando à cooperação para a efetiva implementação, acompanhamento e avaliação de uma política de atenção à pessoa egressa do sistema penitenciário, nos termos propostos em leis e diretrizes nacionais e internacionais, concretizando, desta forma, as condições institucionais necessárias para a implementação de Escritório Social.

1. **CONDIÇÕES:** A efetivação do presente Termo de Adesão dar-se-á mediante as condições estabelecidas no Plano de Trabalho que irá compor, num prazo de 60 dias, o Termo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e o Governo do Estado do Maranhão.
2. **ATUAÇÃO COORDENADA:** o município buscará desenvolver ações coordenadas com o Governo do Estado do Maranhão, o Tribunal de Justiça do Maranhão e o Conselho Nacional de Justiça, visando à efetividade e qualidade das ações de atenção às pessoas egressas, conforme Manuais dos Escritórios Sociais publicado pelo Conselho Nacional de Justiça.
3. **GESTOR LOCAL:** indica para gestor local do presente instrumento a Sra. **Teresa Barbosa Maciel**, Cédula de Identidade nº 0380258520099, CPF nº138.137.224-49, endereço eletrônico: teresalandi@hotmail.com, que doravante será responsável pela execução das atividades previstas no Plano de Trabalho supramencionado.
4. **VIGÊNCIA:** o presente Termo de Adesão passará a vigorar a partir de sua assinatura, com vigência até o término do Termo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e o Governo do Estado do Maranhão.

### 5. RESPONSABILIDADES:

## 5.1 São responsabilidades gerais do Tribunal de Justiça do Maranhão:

- 5.1.1. Responsabilizar-se pela divulgação do Escritório Social e seus respectivos serviços aos juízes do Estado do Maranhão, onde estes estão ou venham a ser implantados, orientando-os para receberem as equipes técnicas para fins de alinhamento das ações que serão implementadas em conjunto;
- 5.1.2. Encaminhar por meio de juiz (es) da(s) Vara(s) de Execução Penal as pessoas egressas do sistema prisional ou realizar o acompanhamento das condicionalidades atinentes àquelas;
- 5.1.3. Priorizar a destinação de penas pecuniárias para a implantação, o fomento e fortalecimento dos projetos e serviços do(s) Escritório(s) Social(is);
- 5.1.4. Desenvolver e apoiar, por meio do Programa Novos Rumos na Execução Penal, as ações e os projetos que tenham como finalidade promover oportunidades à pessoa egressa e seus familiares; e
- 5.1.5. Realizar o processamento da execução penal, dos benefícios e da análise das condicionalidades interpostas à população atendida pela política de atenção às pessoas egressas, considerando relatórios técnicos elaborados pelas equipes do Escritório Social.

## 5.2 São responsabilidades gerais do Governo do Estado do Maranhão:

- 5.2.1. Por meio do órgão gestor da Administração Penitenciária, disseminar e apoiar a estruturação de Escritório(s) Social(is) em seu território, seja de forma direta, seja mediante apoio à implantação no âmbito dos municípios, por adesão das prefeituras municipais;
- 5.2.2. Aportar recursos financeiros do Fundo Penitenciário Estadual e outras fontes de receitas, próprias ou captadas por meio de convênios ou subvenções, a fim de contribuir para o desenvolvimento e sustentabilidade dos serviços prestados pelo(s) Escritório(s) Social(is), conforme condições estabelecidas no Plano de Trabalho mencionado na Cláusula Terceira, Parágrafo Segundo do Termo de Cooperação.

**I** O Governo do Estado do Maranhão deverá envidar esforços para alocar recursos em rubrica orçamentária específica.

- 5.2.3. Subsidiar a articulação interinstitucional do Escritório Social junto à rede de políticas públicas sociais, órgãos do Sistema de Justiça Criminal e organizações da Sociedade Civil, visando a promover estratégias alinhadas de atuação, tais como: protocolos de atendimento, fluxos de encaminhamento, atendimento e discussão de casos em conjunto, capacitações, entre outras ações;
- 5.2.4. Garantir a realização da metodologia de mobilização de pré-egressos e a adoção de procedimentos de soltura com encaminhamento à equipe de referência do Escritório Social, bem como o fornecimento de informações das pessoas egressas às Varas de Execução Penal do município/Comarca;
- 5.2.5. Subsidiar o(s) Escritório(s) Social(is) com o envio de cópias de prontuários e outros documentos relativos à pessoa egressa;
- 5.2.6. Desenvolver e apoiar, por meio do Departamento de Promoção à Cidadania da SEAP, os programas e projetos que tenham como finalidade a oportunidade à pessoa egressa e seus familiares;
- 5.2.7. Contribuir com o monitoramento do cumprimento das legislações, em âmbito nacional e estadual, garantindo a inserção no mercado de trabalho, por meio de políticas afirmativas que estabeleçam um percentual mínimo de contratação para pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional.
- 5.2.8. **Por meio da Secretaria Estadual do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS**, contribuir com a articulação intersetorial do Escritório Social junto à rede de políticas públicas sociais, órgãos do Sistema de Justiça Criminal e organizações da Sociedade Civil, visando a promover estratégias alinhadas de atuação, tais como: protocolos de atendimento, fluxos de encaminhamento, atendimento e discussão de casos, entre outras ações;

- 5.2.9. Estimular a inserção e atualização cadastral no Cadastro Único das famílias de pessoas privadas de liberdade, assim como o acesso aos serviços socioassistenciais;
- 5.2.10. Estabelecer parcerias com a Secretária de Administração Penitenciária para promoção de projetos/ações no âmbito da economia solidária;
- 5.2.11. Firmar parcerias com instituições de formação profissional com vistas a promover a formação profissional de egressos do sistema prisional, bem como a inserção em iniciativas de geração de renda, acrescido a orientação e encaminhamento para vagas de trabalho;
- 5.2.12. Realizar o levantamento de dados relativos ao atendimento da pessoa egressa do sistema prisional para o aprimoramento das ações socioassistenciais no âmbito da inserção produtiva;
- 5.2.13. Viabilizar o acesso à política habitacional disponível.

### **5.3 São responsabilidades gerais do município de Itapecuru-Mirim, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social:**

- 5.3.1 Executar, por meio das Equipes de Referência do Escritório Social nas regiões administrativas do município, nos Centros de Referência de Assistência Social, as ações necessárias para o acolhimento, atendimento e acompanhamento das pessoas egressas do sistema penitenciário, sendo responsáveis pela articulação da rede de serviços de proteção e inclusão social, além de outras políticas e programas ofertadas pelo Poder Público,;
- 5.3.2. Disponibilizar os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento e sustentabilidade dos serviços prestados pelas Equipes de referência do Escritório Social nas regiões do município, bem como a estruturação do serviço, com a definição de local, cessão de equipes, instalações e aparelhamento do Escritório;
- 5.3.3. Buscar a efetividade das ações a serem desenvolvidas pelas Equipes de Referência do Escritório Social, por meio de sua estruturação, com competências técnicas psicossociais e jurídicas, articulação de parcerias estratégicas, formação e capacitação da rede social parceria, atendimento, encaminhamento e acompanhamento das pessoas egressas do sistema penitenciário, bem como da comunicação sistemática junto ao Poder Judiciário;
- 5.3.4. Subsidiar a articulação interinstitucional das Equipes de referência do Escritório Social junto à rede de políticas públicas sociais, órgãos do Sistema de Justiça Criminal e organizações da Sociedade Civil, visando a promover estratégias alinhadas de atuação, tais como: protocolos de atendimento, fluxos de encaminhamento, atendimento e discussão de casos em conjunto, capacitações, entre outras ações;
- 5.3.5. Empreender a sistematização dos dados registrados, garantindo a proteção dos dados pessoais sensíveis, bem como a disponibilização de informações de caráter público para produção de conhecimento que norteará a condução da política de atenção da pessoa egressa do município, bem como, do Sistema Penitenciário do Estado, contribuindo para melhorias nas ações desenvolvidas;
- 5.3.6 Viabilizar a a interlocução das equipes de referência do Escritório Social com as equipes psicossociais das unidades prisionais para realizara ações junto a pré-egressos, contribuindo para apresentação do Escritório Social nos procedimentos de soltura.

**BENEDITO DE JESUS NASCIMENTO NETO**

Prefeito do Município de Itapecuru-Mirim



Documento assinado eletronicamente por **Benedito de Jesus Nascimento Neto**, Usuário Externo, em 29/07/2021, às 15:46, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **1134150** e o código CRC **3E561A99**.

---